



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE GUARATINGUETÁ

Aos 29 dias do mês de Outubro de 2015, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **GERSON LACERDA PISTORI**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 06/2015, divulgado em 09/09/2015 no DEJT (Edição 1809/2015 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 45). Presente a Juíza Titular da Vara do Trabalho, Dra. ANDRÉIA DE OLIVEIRA bem como o Juiz Auxiliar, Dr. JOÃO BATISTA DE ABREU. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados dos sistemas processuais SAP1G e e-Gestão, apurou-se, no período de 01/07/2014 a 30/09/2015, o seguinte:

Equipe de Correição: Ayrton Rocha, Cláudia Elis Pereira de Araújo, Jenner Eduardo dos Santos, João Henrique de Sá Santana e Luís Cláudio da Silva.

Jurisdição Atendida: CUNHA, GUARATINGUETA

Lei de Criação: 6.563/78

Data de Instalação: 13/02/1979

Data de Instalação do PJE: 11/06/2014

1 - ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANDREIA DE OLIVEIRA	30/04/2012

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
16/06/2014 a 15/07/2014	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
16/07/2014 a 18/07/2014	PLANTAO JUDICIARIO	SEM SUBSTITUTO
19/11/2014 a 18/12/2014	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
15/06/2015 a 14/07/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
15/06/2015 a 23/10/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
06/07/2015 a 06/07/2015	SUSPENSAO DE FÉRIAS	SEM SUBSTITUTO



JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
--------------	---------------

2 - JUIZES AUXILIARES [01/07/2014 a 22/10/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
JOAO BATISTA DE ABREU	12/03/2014 a 19/12/2014
JOAO BATISTA DE ABREU	07/01/2015 a 23/10/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
21/07/2014 a 19/08/2014	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
20/10/2014 a 18/11/2014	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
15/07/2015 a 13/08/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
19/09/2015 a 19/09/2015	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
20/09/2015 a 20/09/2015	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO

3 - QUADRO DE SERVIDORES [30/09/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

3.1 - Lotação:

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALEXANDRE FAZZERI BARBOSA	AJ-OJA	-	28/07/2005
ALEXANDRE GOMES CESAR	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	30/04/2012
ALMIR ROGERIO DE GODOI	REM	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	23/06/2008
CHARLES DOUGLAS PINTO DE CAMARGO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	24/06/2005
ERICA LOPES SILVA	AJ-OJA	-	11/09/2012
ERIKA BEATRIS DE ALMEIDA	AJJ	FC-04 CALCULISTA	10/07/2012
AVERALDO DA MATTA NEPOMUCENO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	19/08/2002
ESTELINA APARECIDA DOS SANTOS	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	06/06/1997
HELENICE MARCONDES NOGUEIRA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	06/06/1997
LUIS GUILHERME PISTILI DOS SANTOS	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	07/01/2015
LUIZ FLAVIO DE SOUZA PRADO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	24/06/1987



NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
MARCOS SERGIO NUBILE DE BARROS	REQ	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	03/02/2003
RAFAEL DE OLIVEIRA SOARES	TJA	-	25/03/2013
RENATA MATIE ANAN SATO MAROTTA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	14/01/2013
SANDRA MARA MAIA BRAGA MACHADO	REM	FC-02 ASSISTENTE	01/02/2001
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			10
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			13-14

3.2 - Ausências, exceto férias [07/2014 a 09/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA MÉDICA/RGPS	49
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	188
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	9
LICENÇA PATERNIDADE	5
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	10
PARTICIPAÇÃO EM GREVE	143
VIAGEM A SERVIÇO	1
TOTAL	405

3.3 - Estagiários [30/09/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ISABEL MONTEIRO ROCHA MAGALHAES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2015
LEONARDO COSTA RAMOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2015



3.4 - Ações de capacitação [30/09/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANDREIA DE OLIVEIRA	79
JOAO BATISTA DE ABREU	102

SERVIDORES	HORAS
ALEXANDRE FAZZERI BARBOSA	13
ALEXANDRE GOMES CESAR	92
ALMIR ROGERIO DE GODOI	146
CHARLES DOUGLAS PINTO DE CAMARGO	111
ERICA LOPES SILVA	6
ERIKA BEATRIS DE ALMEIDA AVERALDO DA MATTA NEPOMUCENO	68
ESTELINA APARECIDA DOS SANTOS	7
HELENICE MARCONDES NOGUEIRA	7
LUIS GUILHERME PISTILI DOS SANTOS	22
LUIZ FLAVIO DE SOUZA PRADO	7
MARCOS SERGIO NUBILE DE BARROS	7
RAFAEL DE OLIVEIRA SOARES	47
RENATA MATIE ANAN SATO MAROTTA	79
SANDRA MARA MAIA BRAGA MACHADO	7



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [07/2014 a 09/2015]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	464
	Aguardando encerramento da instrução	341
	Aguardando prolação de sentença	55
	Aguardando cumprimento de acordo	276
	Solucionados pendentes de baixa na fase - Conhecimento	667
	Subtotal	1.746
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de liquidação	267
	Liquidados pendentes de baixa na fase - Liquidação	113
	Subtotal	380
EXECUÇÃO	Pendente de execução	653
	Encerrados pendentes de baixa na fase - Execução	38
	Subtotal	691
TOTAL		2.817

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [07/2014 a 09/2015]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	162	165	11
Exceções de Incompetência	21	13	8
Antecipações de Tutela	267	341	4
Impugnações à Sentença de Liquidação	15	9	8
Embargos à Execução	70	69	6
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	8	8	0
TOTAIS	543	605	37

6 - RECURSOS [07/2014 a 09/2015]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	572	568	28
Recurso Adesivo	87	86	3
Agravo de petição	70	74	1
Agravo de Instrumento	31	29	1
TOTAIS	760	757	33



7 - PRAZOS MÉDIOS [07/2014 a 09/2015]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	Qtde	Dias
Do ajuizamento da ação até a realização da 1a. audiência Rito Sumaríssimo	664	96
Do ajuizamento da ação até a realização da 1a. audiência Exceto Rito Sumaríssimo	1.153	137
Total / Média	1.817	122
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Rito Sumaríssimo	874	118
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Exceto Rito Sumaríssimo	1.427	272
Total / Média	2.301	213
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Rito Sumaríssimo	743	124
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Exceto Rito Sumaríssimo	1.191	278
Total / Média	1.934	219

7.2 - Fase de liquidação:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	128	145
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	258	197
Total / Média	386	180

7.3 - Fase de execução:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da execução - ente privado	1.156	1.702
Do início ao encerramento da execução - ente público	90	1.280
Total / Média	1.246	1.672

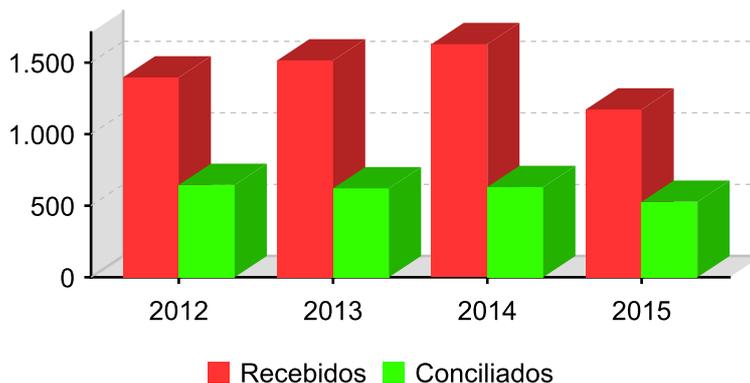


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

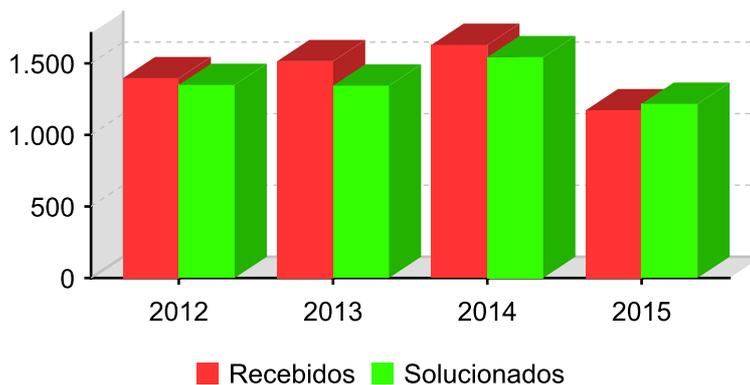
8.1 - Índice de conciliações [até 09/2015]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2012	1.396	645	46,20
2013	1.515	621	40,99
2014	1.629	630	38,67
2015	1.172	527	44,97



8.2 - Índice de soluções [até 09/2015]:

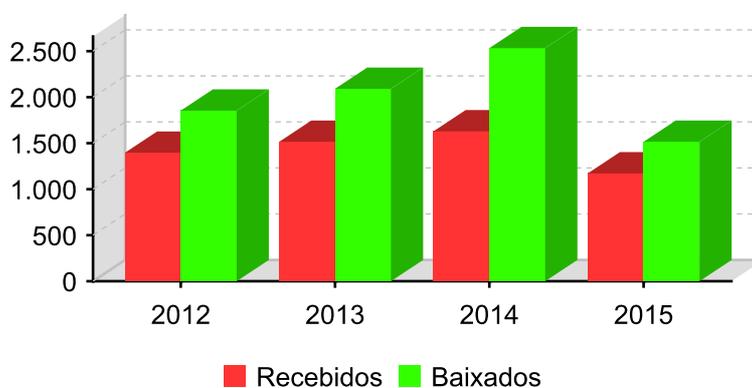
ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2012	1.396	1.349	96,63
2013	1.515	1.344	88,71
2014	1.629	1.543	94,72
2015	1.172	1.217	103,84





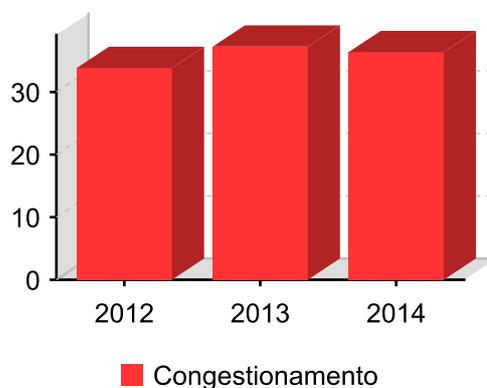
8.3 - Índice de baixas [até 09/2015]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2012	1.396	1.854	132,81
2013	1.515	2.091	138,02
2014	1.629	2.533	155,49
2015	1.172	1.515	129,27



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2012	643	1.396	1.349	33,84
2013	627	1.515	1.344	37,25
2014	796	1.629	1.543	36,37



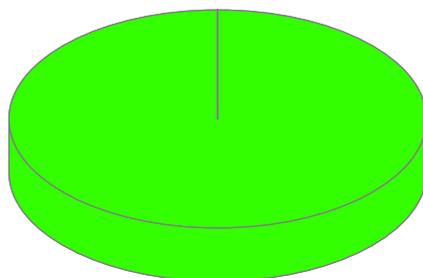


9 - METAS - CNJ E PLANO ESTRATÉGICO DO TRT15 [até 09/2015]:

(fonte: e-Gestão)

9.1 - Meta 1 do CNJ - 2015 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):

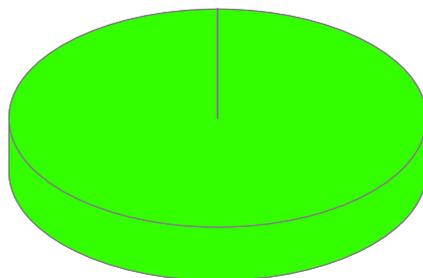
RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES NA META	GRAU DE CUMPRIMENTO
1.172	1.217	0	100,00 %



● Solucionados ● Pendentes na Meta

9.2 - Meta 2 do CNJ - 2015 (identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2013):

RECEBIDOS EM 2013	SOLUCIONADOS	PENDENTES NA META	GRAU DE CUMPRIMENTO
1.515	1.441	0	100,00 %



● Solucionados ● Pendentes na Meta



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



10 - ARRECAÇÃO [07/2014 a 09/2015]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 148.668,51	R\$ 45.348,98	R\$ 1.061,76	R\$ 862.825,64

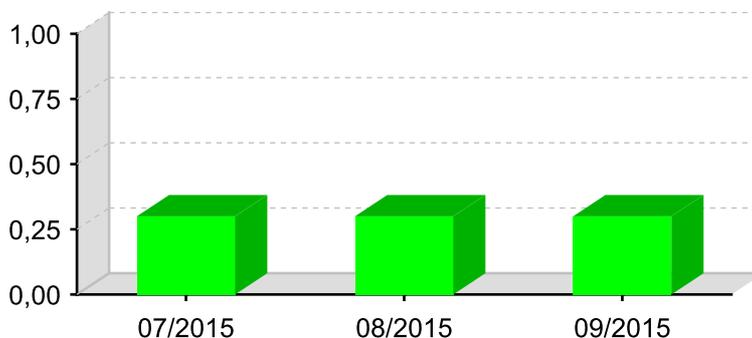


11 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

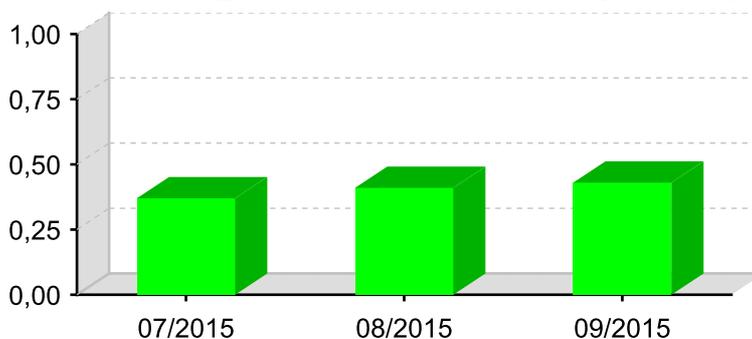
(fonte: e-Correição MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IG
07/2015	0,30	0,37	0,40
08/2015	0,30	0,41	0,34
09/2015	0,30	0,43	0,34

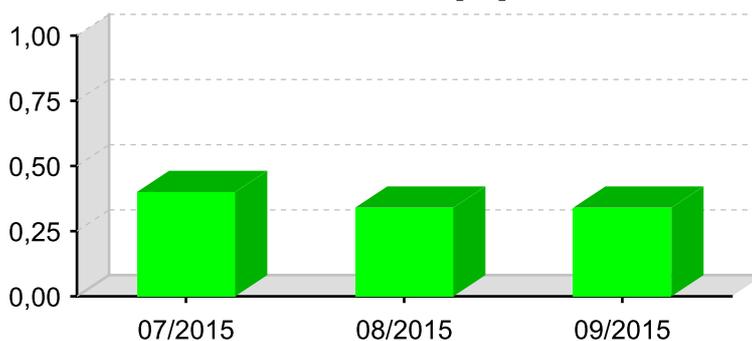
Taxa de Congestionamento no Conhecimento [TCC]



Taxa de Congestionamento na Execução [TCE]



Índice Geral [IG]





12 – ORGANIZAÇÃO DA PAUTA DE AUDIÊNCIAS (2015):

(fonte: Vara do Trabalho)

DATA DA COLETA DOS DADOS: 19/10/2015

PAUTA DO JUIZ TITULAR – ANDRÉIA DE OLIVEIRA

TIPO	DIAS DA SEMANA EM QUE HÁ SESSÕES	1ª VAGA NA PAUTA	TURNO (Manhã/Tarde)	MÉDIA DIÁRIA
INICIAL - 1	Não há pauta específica			0
UNA SUMARÍSSIMO 2	TERÇA E QUARTA-FEIRA	16/12/2015	MANHÃ/TARDE	8
UNA ORDINÁRIO 3	TERÇA E QUARTA-FEIRA	15/03/2016	MANHÃ/TARDE	6
INSTRUÇÃO 4	TERÇA E QUARTA-FEIRA	15/03/2015	MANHÃ/TARDE	2
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO - 5	Não há pauta específica			

PAUTA DO JUIZ AUXILIAR – JOÃO BATISTA DE ABREU

TIPO	DIAS DA SEMANA EM QUE HÁ SESSÕES	1ª VAGA NA PAUTA	TURNO (Manhã/Tarde)	MÉDIA DIÁRIA
INICIAL - 1	Não há pauta específica			0
UNA SUMARÍSSIMO 2	SEGUNDA E QUINTA-FEIRA	17/12/2015	MANHÃ/TARDE	8
UNA ORDINÁRIO 3	SEGUNDA E QUINTA-FEIRA	17/03/2016	MANHÃ/TARDE	6
INSTRUÇÃO 4	SEGUNDA E QUINTA-FEIRA	17/03/2016	MANHÃ/TARDE	2
TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO - 5	Não há pauta específica			0



Obs.: A vara tem pauta automática. Não foi criada sala específica para INI sendo que as ações que for necessária designação de perícia, oportunamente, se necessário, serão redesignadas para adequação da pauta.

São designadas audiências de tentativa de conciliação em execução na medida em que há pedido da parte ou que o Juízo julgue necessário.

13 – PENDÊNCIAS :

NATUREZA	POSIÇÃO	QUANTIDADE
BACENJUD	14/10/2015	00
BNDT	19/10/2015	90

13.1. - Determinações da Correição Anterior:

Cumpridas integralmente, consoante certidão expedida no dia 04/09/2015 pela Secretaria da Corregedoria.

14 – CONSTATAÇÃO DE DADOS DO 'SAPIG':

Constatou-se nessa correição, posição de 29/09/2015 que:

14.1 – Há 83 processos (posição em 29/09/2015) com prazos vencidos sem certificação desde 07/04/2015 (processo nº 0050100-47.2006.5.15.0020);

14.2 – Há registro de 108 petições (posição em 21/10/2015) sem ciência, sendo a data mais antiga o dia 13/01/2015 (processo nº 103-56.2010);

14.3 – Há 15 processos na ocorrência **ROJ** – remetido ao Oficial de Justiça, sendo a data mais antiga o dia 02/07/2015 (processo nº 43000-36.2009);

14.4 – Há 03 processos na ocorrência **ROS** – remetido do Oficial à Secretaria, sendo a data mais antiga o dia 03/07/2015 (processo nº 956-60.2013);

14.5 – Não há processos na ocorrência **DES** – despacho;

14.6 – Há 05 processos na ocorrência **RCT** – remetido à Contadoria, tendo como prazo mais antigo o dia 01/09/2015 (processo nº 1541-83.2011);

14.7 – Há 03 processos na ocorrência **DCA** – Devolução de carga, tendo como prazo mais antigo o dia 21/01/2015 (processo nº 1222-52.2010).



15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 18 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nos autos analisados, verificou-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos, apenas nos processos eletrônicos (processo nº 0010445-53.2015.5.15.0020). Orienta-se que proceda referido pronunciamento também nos processos físicos, com fulcro no inciso I do art. 18 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho;

15.2 – registra no sistema SAPIG os atos processuais relevantes;

15.3 – faz uso das ferramentas eletrônicas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e demais convênios;

15.4 – procede, quando cabível, à liberação do depósito recursal por ocasião da sentença de liquidação (processo nº 001462-70.2012.5.15.0020);

15.5 – determina a citação dos sócios quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada (processo nº 0000610-75.2014.5.15.0020).

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados, pauta de audiências e principais prazos) encontram-se registrados nos itens 1,2, 7 e 12.

16 – RECOMENDAÇÕES:

16.1 – promover o controle direto na tramitação dos processos das metas do CNJ e do Plano Estratégico do TRT;

16.2 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012 e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011;

16.3 – dar prioridade na utilização do malote digital, correio eletrônico, canal DIRETOR e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone para fins de redução dos gastos com telefonia e papel;

16.4 – dar exclusividade na utilização do Sistema JURISCAL, conforme Comunicado CR nº



014/2014;

16.5 – observar a Recomendação GP-SS nº 01/2014, a qual trata de pausas após períodos contínuos de trabalho que exijam movimentos repetitivos e esforço visual;

16.6 – observar o Provimento GP-CR nº 05/2015, que trata da padronização do fluxo de processos de trabalho dos oficiais de justiça na execução;

16.7 – observar a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, especialmente com relação à inclusão de todos os servidores no trabalho com o PJ-e e tramitação com efetividade;

16.8 – observar o Provimento GP-CR nº 07/2014, que instituiu a Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas – CEAT – no âmbito da 15ª Região, a qual deve ser solicitada e emitida exclusivamente no sítio eletrônico do Tribunal;

16.9 – observar o Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012, com as alterações promovidas pelo Provimento GP-VPJ-CR nº 01/2014, especialmente quanto aos documentos a serem anexados no CLE, uma vez que o processo físico permanecerá arquivado na Vara;

16.10 – observar os Comunicados GP-CR nºs 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas, que repercutem em considerável parcela de jurisdicionados e versem sobre trabalho infantil e escravo, respectivamente;

16.11 – diante da crise hídrica que assola o país, recomenda-se que a Vara intensifique a prática de atos de economia no consumo de água e energia elétrica em suas dependências.

17 – DETERMINAÇÕES:

17.1 – Aos Juízes (Titular, Substituto e Auxiliares) que:

17.1.1 – na qualidade de Corregedores Permanentes da Vara do Trabalho, acompanhem o movimento diário dos serviços da Unidade Judiciária por meio de relatórios extraídos dos Sistemas SAP1.G e e-Gestão, com vistas à efetividade da prestação jurisdicional com otimização das rotinas de trabalhos;

17.1.2 – priorizem a redução dos prazos médios nos Ritos Sumaríssimo e Ordinário, estabelecendo como meta o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a apreciação dos processos pertencentes ao primeiro Rito, conforme determina o inciso III do art. 852-B, da CLT;

17.1.3 – desenvolvam, na hipótese de designação de auxílio fixo, trabalho que importe acréscimo



quantitativo de processos instruídos e julgados, somando e não dividindo entre si as funções judicantes, principalmente na fase de execução;

17.1.4 - apenas efetivem a ordem de inclusão da parte executada no BNDT após a realização de pesquisa junto ao Sistema BACENJUD, conforme estabelecido no § 1º-A do art. 1º da Resolução Administrativa nº 1470/2011 do TST.

17.1.5 - determina-se que seja envidado esforços para tramitação célere e julgamento dos processos inseridos na Meta 2 do CNJ (feitos distribuídos até 2013), posto que há 1 (um) processo do ano de 2011 e 3 do ano de 2012, pendentes de julgamento.

17.1.6 – Adotem providências para reduzir o prazo para realização das audiências nos processos submetidos ao rito ordinário e instruções, visto que já estão sendo designadas para março/2016, respectivamente, devendo, quando contar com a atuação de Juiz Auxiliar fixo, como é o caso desta unidade, realizar, por ordem da Presidência, audiências de segunda a sexta-feira, com os dias a serem combinados entre eles. Deve ser evitada a redesignação das audiências já agendadas, em razão do retrabalho que acarreta à Secretaria. Ressalte-se que a demora na solução dos processos impacta diretamente no mapeamento global de desempenho – MGD.

O Juízo deverá encaminhar à Corregedoria Regional, no prazo de 10 (dez) dias, (corregedoria @trt15.jus.br.) informações a respeito das providências adotadas.

17.2 – Ao Diretor de Secretaria que:

17.2.1 – adote providências quanto à devolução de todas as cargas vencidas. Data da carga mais antiga: 12/08/2015 (com advogado);

17.2.2 – observe com rigor o integral cumprimento das Portarias GP-CR nº 07/2013 e 03/2014, que regulamentam os setores destinos no SAP1.G;

17.2.3 – tome providências com relação aos processos tramitados com a ocorrência **DCA**, uma vez que se trata de ocorrência meramente informativa e a Corregedoria já emitiu orientação a respeito. O processo deverá ser levado à conclusão ou tramitado com a ocorrência anterior;

17.2.4 – Seja intensificada a gestão de processos, uma vez que o Relatório Sem Tramitação, com posição de 29/09/2015, aponta a quantidade de 83 processos, com prazo vencido sem certificação desde



07/04/2015 (processo nº 0050100-47.2006). Determina-se, também, que o Sr. Gestor elabore plano de ação, observando o Provimento GP-CR nº 03 de 07/03/2013, artigo 2º, § 3º, que, dentre outras deliberações, determina que: 'A atuação terá como finalidade auxiliar na implementação de rotinas otimizadas de processos de trabalho, saneamento do banco de dados e elaboração e implementação de um plano de ação, preferencialmente com base no método 5W1H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA para desenho do novo processo.' Determina-se, ainda, que seja observada com rigor a Portaria GP-VPJ-CR 07/2012, alterada pela GP-VPJ-CR 01/2015, mesmo nos processos físicos, especialmente o artigo 2º que trata da gestão por fase processual, assim como o item VI do referido artigo que determina que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

17.2.5 – Determina-se rigorosa observância às Portarias CR 07/2013 e 03/2014 que instituíram a padronização dos setores destinos, devendo ser extintas aqueles setores não contemplados pelas mencionadas normas;

17.2.6 – Determina-se sejam envidados esforços para identificação, tramitação célere e julgamento dos processos distribuídos até 2013 (Meta do 2 do CNJ), eis que ainda há processos do ano de 2010, 2011 e 2012 pendentes de julgamento;

17.2.7 – dê andamento aos feitos abaixo listados, com as providências a seguir relacionadas:

PROCESSOS	DETERMINAÇÕES
0001296-09.2013.5.15.0020	Processo na ocorrência 'RMA'. Entretanto, pendente de finalização na fase, em razão do desarquivamento ocorrido em 09/08.2013. Determina-se o saneamento.
0000168-12.2014.5.15.0020	Decorrido o prazo para razões finais, determina-se o lançamento da ocorrência PAN – conclusos, evitando-se o ocorrido nestes autos em que o feito foi remetido ao setor destino Assistente de Juiz titular, sem a certificação do prazo e o lançamento da ocorrência Pan- conclusos. observar com rigor o Comunicado GP-CR nº 31/2012, que trata do lançamento da ocorrência PAN tão logo encerrada a instrução ou decorrido o prazo para razões finais.
0001222-52.2010.5.15.0020	Processo na ocorrência DCA desde 21/01/2015. Determina-se a conclusão para deliberações. Determina-se ainda que a Secretaria se abstenha de atribuir prazo extremamente longo como o verificado nestes autos.
0000721-59.2014.5.15.0020	Processo na ocorrência RCJ – recebido para prosseguir desde 22/07/2015. Determina-se a conclusão para prosseguimento.
0001077-25.2012.5.15.0020	Processo na ocorrência LNS – Determina-se o cumprimento da ordem contida no Termo de Audiência, devendo o feito ter prosseguimento no PJ-e.



PROCESSOS	DETERMINAÇÕES
0000618-86.2013.5.15.0020	Processo remetido do oficial à secretaria desde 22/07/2015. Verifica-se que na contagem Auto e-Gestão do período 11/10/2015 a 17/10/2015 há outras 4 em situação análoga. Determina-se a conclusão para deliberações quanto ao prosseguimento.
0070900-04.2003.5.15.0020	Processo com ocorrência 'ARQ' em nível 1 e remetido ao oficial de justiça em 23/06/2015. Determina-se que o Sr. Oficial cumpra com brevidade a ordem judicial, informando ao Magistrado eventual excesso de prazo.
0082500-46.2008.5.15.0020 0000091-37.2013.5.15.0020	Processos na ocorrência RCE – recebidos em execução para prosseguir desde 11/08/2015. Determina-se a conclusão para deliberações quanto ao prosseguimento.
0001200-52.2008.5.15.0020	Processo remetido ao Tribunal em execução. Entretanto, o feito encontra-se relacionado no e-Gestão, variável 150 – embargos à execução pendentes. Não há registro de solução para a petição de embargos à execução juntada em 16/06/2015. Verifica-se que na contagem Auto e-Gestão do período 11/10/2015 a 17/10/2015 há outros 5 processos em situação análoga. Determina-se o saneamento da inconsistência, inclusive dos casos análogos.
0033700-84.2008.5.15.0020	Processo permanece relacionado no e-Gestão, variável 353 , descrição processos pendentes de finalização da fase de execução com ocorrência 'RMA'. Ausência da ocorrência 'ARQ' após o desarquivamento ocorrido em 08/04/2015. Determina-se o saneamento.
0010674-47.2014.5.15.0020	Em consulta ao PJe1G realizada em 23/10/2015, às 14h36, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa 'Aguardando cumprimento de providência - Conhecimento' subcaixa Outubro 2ª Quinzena desde 27/5/2015. Determina-se o prosseguimento.
0010480-47.2014.5.15.0020	Em consulta ao PJe1G realizada em 23/10/2015, às 14h53, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa 'Controle manual – Prazos pós-sentença' desde 15/9/2015. Determina-se o prosseguimento do feito. Há outros 47 processos nesta caixa. Determina-se, ainda, o saneamento e a gestão na referida tarefa.
0010735-05.2014.5.15.0020	Em consulta ao PJe1G realizada em 23/10/2015, às 15h01, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa 'Publicar DJE' desde 25/5/2015. Na mesma situação os processos: 0010050-61.2015.5.15.0020 e 0010456-82.2015.5.15.0020. Determina-se o prosseguimento dos mencionados feitos.
0010277-85.2014.5.15.0020	Em consulta ao PJe1G realizada em 23/10/2015, às 15h37, foi verificado que o processo se encontra paralisado na caixa 'Processos – Intimações automáticas com pendências – Liq' desde 15/9/2015. Determina-se o prosseguimento. Há outros 3 processos nesta caixa.

18 – ATENDIMENTOS:

Não houve atendimento a Advogados:



19 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

19.1 – Foi informado pela Juíza Titular que:

19.1.1 – possui autorização para residir fora da sede da Jurisdição (proc. nº 0000337-55.2012).

19.2 – Foi informado pelo Juiz Auxiliar que:

19.2.1 – possui autorização para residir fora da Circunscrição (proc. nº 0000328-59.2013).

19.3 – Foi informado pelo Diretor de Secretaria que:

19.3.2 – os livros de ponto de servidores, de carga de advogados e peritos, de carga para Juízes, de carga para extração de cópias, de posse e exercício de servidores, assim como os relatórios de Oficiais de Justiça estão de acordo com as normas deste Regional.

19.4 - O Sr. Coordenador reuniu-se com o Sr. Diretor e os assistentes de direção, oportunidade em que foram tecidas considerações gerais sobre a correição e passadas orientações acerca do método de trabalho previsto na Portaria GP-VPJ-CR nº 01/2015, que alterou a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das rotinas no âmbito do Processo Eletrônico – PJ-e de primeiro grau. Foram abordados ainda assuntos relativos a utilização de filtros no PJ-e, realização de audiências de conciliação antes da migração, gestão do acervo de processos físicos e a necessidade de se observar com rigor o Comunicado GP-CR nº 31/2012, que trata do lançamento da ocorrência PAN tão logo encerrada a instrução ou decorrido o prazo para razões finais. Foi informado pelo Sr. Diretor que não há processos aptos ao julgamento sem a ocorrência PAN.

20 – ELOGIOS:

O Exmo. Corregedor Regional consigna seus elogios aos Magistrados, Diretor e demais servidores pela evolução dos trabalhos, o que permitiu obter célere tramitação dos processos e redução do prazo para realização das audiências, sem comprometer a qualidade de vida no trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



20 – ENCERRAMENTO:

Nesta data, às 14h horas, os trabalhos foram encerrados, e eu, _____ Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, será assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional e pela Juíza Titular da Vara do Trabalho.

GERSON LACERDA PISTORI
DESEMBARGADOR CORREGEDOR REGIONAL

ANDREIA DE OLIVEIRA
JUÍZA TITULAR